

3

Cidadania no Brasil e Emergência das ONGS

3.1

Introdução

No presente capítulo, nos propomos refletir sobre a construção da cidadania como fenômeno histórico e, em seguida, aprofundar alguns aspectos de eventos ocorridos na sociedade brasileira no período 70-90, que levaram à emergência das ONGs no Brasil e, em particular, à criação do CDI, o Comitê para a Democratização da Informática.

A problematização do objeto '*Cidadania Digital*' nos exige, entretanto, esforços iniciais de aprofundamento de cenários mais amplos e, neste sentido, consideramos importante introduzir, neste ponto, o cenário internacional a partir do qual criaram-se as condições favoráveis às transformações levadas a efeito no período, assim como, aspectos relevantes, políticos e econômicos, que incidiram sobre a realidade nacional e criaram condições para um 'Terceiro Setor' no Brasil.

Após a Segunda Guerra iniciava-se a construção de uma nova ordem mundial. O encontro de incertezas e complexidades no cenário de uma nova divisão política mundial foi decisivo para a expansão do *welfare state* pós-45: o conhecido modelo keynesiano, agora apresentado através de políticas universalistas. Uma perspectiva de que a vida social e econômica poderia ser humanamente controlada e amplamente satisfatória. Entretanto, essa '*Cultura da Satisfação*' começou a desmoronar a partir da década de 70.¹

A partir de então, o panorama internacional complicou-se progressivamente. Transformações no mundo das relações econômicas internacionais impunham, globalmente, a emergência de um novo ciclo: o *welfare state* começou a entrar em

¹ '*Cultura da Satisfação*': termo cunhado pelo economista John Galbraith, em sua obra *The Culture of Contentment*, p.17, referindo-se a uma situação em que os membros de uma maioria se beneficiam de circunstâncias socioeconômicas e lutam por preservá-la, indefinidamente. In: GIDDENS, A. *Para Além da Esquerda e da Direita*, p. 161.

colapso frente à incapacidade dos Estados-nação de darem continuidade às políticas socioeconômicas protecionistas.

As ambições históricas dos países socialistas, e suas economias de planejamento centralizado ruiriam, ao longo da década, submetidas às suas contradições internas, e à desestabilização das contas externas internacionais: os choques do petróleo de 1973 e 1979-80, e o consequente aumento exponencial dos juros, desabaram em economias até então estáveis, ou em processo de estabilização e crescimento – o caso do Brasil –, promovendo nas bolsas dos mercados de capitais, em todo o mundo, colapsos financeiros sucessivos.

Entre os anos 80-90 o Brasil atravessou um tumultuado processo de redefinição de seus parâmetros sociais, econômicos e políticos. O Estado brasileiro, após duas décadas de um regime militar ditatorial, que acumulou fortemente a renda nacional, ansiava reintegrar-se à nova ordem internacional e para tal necessitava redesenhar-se institucionalmente nos planos político, econômico e social.

No plano econômico, ao longo das idas e vindas de ministros civis e presidentes militares no gerenciamento da economia brasileira, atravessamos sucessivas crises internacionais que levaram, como consequência de desmandos autoritários e ‘milagres’ finalmente desacreditados, à falência do Estado brasileiro em plena passagem à década de 90.²

No período dos anos 80 à entrada do século XXI, não apenas no Brasil, mas para o conjunto dos países da América Latina, crises se abateram sobre a região de uma maneira generalizada e profunda.³

Os então denominados ‘países em desenvolvimento’, entre eles o Brasil, sofreram imediatamente o impacto da alta de preço dos financiamentos de suas

² CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil - o longo caminho*, p. 168: “O sentido do ‘milagre’ econômico foi posteriormente desmistificado por análises de especialistas que mostraram seus pontos negativos”. Segundo o autor, o rápido crescimento não beneficiou os amplos setores da população e, ao final do período, “as desigualdades tinham crescido ao invés de diminuir”.

³ A crise da dívida externa (80-83); a das instituições de empréstimos e poupança (87-91); a mexicana (94-95), e ainda a crise da Argentina (2001-2002). Cf. estudo dos economistas Ramón Pineda, Esteban Perez e Daniel Titelman, da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). O trabalho analisa o comportamento econômico de 17 países da América Latina. Segundo este estudo, as evidências mostram que o impacto das crises financeiras está relacionado fortemente com o grau em que as finanças externas ficaram escassas e caras em conformidade com a magnitude da interrupção dos canais de comércio externo.

economias pelos bancos europeus e americanos. De 82 em diante, seguiram-se sucessivos pontos críticos nas renegociações de empréstimos com os bancos credores internacionais (em especial, FMI e Clube de Paris) por países da América Latina, entre eles o Brasil - que então decreta falência econômica frente aos seus credores, através de um pedido oficial de moratória.

Estava dado o sinal para a urgência de revisões no quadro geral da sociedade brasileira: o espetacular crescimento e fortalecimento das ONGs, organizações não governamentais, neste período, talvez seja o sintoma mais claro dessas mudanças. Mudanças que possibilitaram um combate mais acirrado às desigualdades no Brasil que apresentou, enfim, um movimento de reversão do quadro já a partir da década de 90: na América Latina, de 1990 até 2005, a incidência de pobreza extrema se reduziu em 14 países, entre eles, o Brasil.

Entre nós ocorreu uma queda contínua da desigualdade desde 2001, com uma redução de 5,6% no contingente de pessoas abaixo da linha da pobreza. Também o Índice de Gini, indicador usado pela ONU para medir a desigualdade de renda nos países, reduziu-se no Brasil entre 2002-2007.⁴

Portanto, a redução da desigualdade no Brasil foi um fenômeno real na última década. Neste sentido, para além do crescimento econômico e do aumento do salário mínimo,⁵ não podemos desconsiderar a importância das políticas de transferência de

⁴ Os dados sobre a América Latina constam do trabalho de Nora Lustig, professora da Universidade George Washington, publicado em 'Cadernos do Conselho Mexicano de Assuntos Internacionais' sobre "A Pobreza e a Desigualdade na América Latina e os Governos de Esquerda". O aumento médio da desigualdade na década de 60 do século passado foi de 2,28%, enquanto na década atual houve uma queda média de 2,6% ao ano, segundo essa mesma fonte. Sobre a reversão dos índices de desigualdade no Brasil, a partir de 2001, estudos divulgados pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, indicam que romperam a linha da pobreza, em 2007, um e meio milhão de brasileiros. Entretanto, segundo o mesmo estudo, ainda convivemos com um contingente de 33,6 milhões de pessoas que vivem com menos de R\$ 135,00 por mês. As projeções da FGV foram feitas com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/ 2007) divulgada pelo IBGE em setembro de 2008. Segundo o economista Marcelo Néri, chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV, "os anos 80 ficaram conhecidos como a década da redemocratização; os 90 como o da estabilização; os anos 2000 já podem ser identificados como a década da redução da desigualdade". Cf. entrevista ao Jornal 'O Globo' em reportagem de Liana Melo e Cássia Almeida: "Distribuição melhor tira 1,5 milhão da pobreza", em 19/09/2008. E, finalmente, o Índice de Gini - que sai de zero e quanto mais perto de um pior - caiu de 0,540 para 0,528 de 2006 para 2007.

⁵ Segundo a avaliação do sociólogo Simon Schwartzman: "O que mais explica a redução da desigualdade nos últimos anos foi o crescimento da economia, o benefício da prestação continuada proporcionado aos idosos e o aumento real do salário mínimo. Muitos criticam, em princípio, a valorização do salário mínimo porque ela pode produzir desemprego e levar ao mercado informal. Mas como o Brasil teve aumento real do salário mínimo em um período de crescimento econômico,

renda (‘bolsa-educação’, ‘bolsa-saúde’ etc; enfim unificado no “Programa Bolsa-Família”⁶) promovidas pelo Governo Federal, desde o final dos anos 90. Mas também não se justifica creditar unicamente aos governos a totalidade dos resultados do processo de reversão das desigualdades no Brasil, considerando a crescente importância e visibilidade que projetos sociais em áreas diversificadas (saúde, educação, cultura, esportes, meio ambiente, gênero, proteção à infância e à adolescência, inclusão digital etc.) vem alcançando por todo o país,⁷ desde então, em sua maioria promovidos através de parcerias privadas (ONGs e empresas parceiras) sob a marca de ‘Projetos de Responsabilidade Social’. Neste sentido, valores de solidariedade social tem inspirado homens e mulheres a incorporarem-se em tais propostas e disponibilizarem-se ao trabalho voluntário, seja através de iniciativas vinculadas a políticas públicas; em ‘Programas de Voluntariado Corporativo’; ou mediante vínculo direto com organizações privadas de interesse público.

Salta aos olhos uma diferença fundamental: enquanto os programas sociais de transferência de renda tiram da miséria absoluta, atualmente, 24% da população brasileira,⁸ não lhes abre novas perspectivas para romper o estigma da pobreza em que se encontram.

não houve isso. Ao contrário, houve um aumento do emprego formal. Para mim, o salário mínimo foi o grande fator para a redução da pobreza. A economia cresceu, as exportações cresceram, o emprego formal cresceu, a inflação não disparou, as pessoas passaram a ter maior poder aquisitivo. Entrevista a Rodrigo de Almeida, “iG Rio de Janeiro”, em 27 de janeiro de 2010. Disponível: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/programa+bolsa+familia>>Consulta em 17 de setembro de 2010.

⁶ O “*Bolsa Família*” foi criado no governo do presidente Lula por meio de decreto presidencial em outubro de 2003, transformado na Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo decreto 5.209/2004. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, até junho de 2010 haviam sido transferidos a 12,6 milhões de famílias brasileiras quase 7 bilhões de reais. Disponível: <<http://contasabertas.uol.com.br>>Consulta em 17 de setembro de 2010.

⁷ Segundo Luiz Carlos Meregé, doutor pela Maxwell School of Citizenship and Public Affairs da Universidade de Syracuse, coordenador do Centro de Estudos do Terceiro Setor - CETS da FGV-EAESP, a ONU denomina de “*Conta Satélite do Setor Não Lucrativo*” a metodologia que tem orientado os institutos de pesquisa pelo mundo a levantarem informações sobre as atividades do Terceiro Setor (*Manual sobre Organizações Não Lucrativas do Sistema de Contas Nacionais/ Handbook on Non-Profit Institutions in the System of National Accounts/ ONU*, março de 2002). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incorporou o Terceiro Setor na composição do Produto Interno Bruto brasileiro em 2007, apontando, já à época, uma movimentação de R\$ 32 bilhões no setor, ou seja, de 1,4% na formação do PIB nacional.

⁸ Cf Ministério do Desenvolvimento Social do Governo Federal. Fonte: Jornal ‘O Globo’, de 03/05/2009, seção ‘O País’: “*A Dependência da Bolsa*”, por Leila Suwvan. Segundo a reportagem, o “Bolsa Família” já chega, direta ou indiretamente, a 29% da população e atingirá em 2010, ano eleitoral, um em cada três brasileiros. Neste tema, nosso pensamento coaduna-se com o de PINHEIRO & GIAMBIAGI, 2006, p. 26: “*Não queremos negar a importância de políticas de transferência*

Por outro lado, cada vez mais, as ONGs tem estruturado seus projetos no conceito da ‘sustentabilidade’ e buscado alternativas ao paradigma da ‘fatalidade social’.⁹ Desta forma, organizações sociais desenvolvem ações voltadas à educação alternativa com foco em empreendedorismo, cidadania e geração de renda, visando romper o ciclo da miséria.

Também em termos econômicos, evidencia-se o avanço do “Terceiro Setor”.¹⁰ A ideia do ‘privado com funções públicas’¹¹ atuando nos espaços ‘cedidos’ por um Estado efetivamente falido, no interregno dos sucessivos governos brasileiros de 80-90, alterou o cenário da sociedade brasileira. Um novo estilo de ‘estar no espaço público sem estar no governo’¹²; de apresentar propostas criativas nos setores mais críticos de carência social; em intervenções baseadas na construção compartilhada entre atores civis, inaugurou um novo ciclo de acordo e participação entre a sociedade civil, as empresas privadas e o Estado brasileiro, a partir da década de 90.

E acompanhando a evolução das políticas internacionais – via OCDE, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e agências da ONU de fomento à saúde, educação e meio ambiente – chegamos ao século XXI estimulando o trabalho voluntário; adotando “Metas para o Terceiro Milênio”; debatendo o

voltadas para o combate à pobreza, mas apenas chamar a atenção para o risco de uma dependência excessiva desse instrumento, pois corre-se o risco de enfraquecer os incentivos e os meios para que as pessoas saiam da dependência do Estado (...) O foco da ação estatal deveria ser o da correção da ‘fábrica’ de desigualdades que ainda é o sistema educacional brasileiro, em vez de privilegiar a proliferação de mecanismos assistencialistas que minoram as mazelas sociais, mas fazem pouco para impedir sua reprodução.”

⁹ A busca da ‘sustentabilidade’ ancora-se em políticas aprovadas pelos estados-membros da ONU, a partir da “ECO-92” (ver referências neste capítulo) que então elabora uma agenda de propostas, a ‘Agenda-21’, para o desenvolvimento social. Propõe-se que as ações a serem empreendidas preservem garantias para as próximas gerações.

¹⁰ Segundo FERNANDES, R.C., *Privado porém Público – o Terceiro Setor na América Latina*, p. 21: “O conceito [Terceiro Setor] denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. (...) os bens e serviços produzidos devem ser, tipicamente, de consumo coletivo – seja em um sentido universal, como as campanhas para purificação do ar, ou em função de uma categoria específica, como a acolhida a refugiados, por exemplo.”

¹¹ *Ibid.*, p. 21: “O conceito [Terceiro Setor] implica uma expansão da ideia corrente sobre a esfera ‘pública’. Partindo de um pressuposto democrático, presume que ela não se limita ao âmbito do Estado, mas inclui a cidadania. Entende que a ‘vida pública’ não é feita apenas de atos do governo, mas também da atividade cidadã.”

¹² *Ibid.*, p. 23: “Dizer que [as ONGs] são ‘não governamentais’ implica designar iniciativas a organizações que, enquanto tais, não fazem parte do governo e não se confundem como o poder de Estado. Não estão no governo agora e não levam ao governo no futuro.”

conceito de “*Desenvolvimento Sustentável*”; e ainda perseguindo políticas nacionais de preservação ambiental.¹³

Da ideia de ‘*Sociedade Civil*’ emanava, então, uma força de esperança em um mundo melhor, através de uma simbologia de solidariedade e de mudança social no espaço público (Sorj, 2008). Esta percepção de abertura às transformações, em um esforço coletivo, se evidenciava na sociedade brasileira após um longo período de fechamento político.

Se o fim do período autoritário estimulou-nos o interesse pelos movimentos sociais, a democratização nos instigou à reflexão sobre o sentido de *ser* ou *estar* cidadão. A partir de então surge, de forma mais nítida, novas possibilidades de comprometimento e participação em questões sociais.

Entretanto, o protagonismo da sociedade civil nas ações de intervenção social para combate às desigualdades é, entre nós, um processo em evolução, ainda longe de ampla aceitação ou reconhecimento pela sociedade brasileira. Mais comumente, ainda se identifica o Estado como único agente gabaritado – menos por capacidade e mais por dever de função – ao gerenciamento de bens e serviços em espaços públicos. No sentido de esclarecermos esta assertiva nos reportaremos ao fenômeno histórico da construção da cidadania no Brasil, para em seguida investigarmos em que circunstâncias emerge a Sociedade Civil brasileira impondo ao Estado sua presença

¹³ Em 2001, a ONU estabelece o “*Ano Internacional do Voluntário*” tendo em vista reconhecimento e expansão do movimento, em especial nos países de economia emergente. No Brasil houve forte divulgação na mídia das ações de grupos voluntários, contribuindo significativamente para a sua expansão; além da organização, em várias capitais brasileiras, com o apoio do Governo Federal, de ONGs especializadas em recrutamento de voluntários para atuar em projetos governamentais e programas corporativos privados de ‘Responsabilidade Social’. Já o programa “*Metas para o Terceiro Milênio*” foi uma proposta aprovada na ONU em 2000, por 199 países-membros, para aumento do volume de investimentos financeiros, em oito grandes áreas, em países pobres ou de ‘economia emergente’ como o Brasil, tendo em vista reduzir os principais fatores de miséria no mundo até 2010. Frente a atual crise financeira global, pretende-se o adiamento do alcance das metas para 2015. Já a proposta de “*Desenvolvimento Sustentável*” adotada pela ONU, desde 1992, prende-se ao padrão de relatórios proposto pela ONG americana *GRI-Global Reporting Initiative* / “Iniciativa Global de Divulgação”. (<<http://www.globalreporting.org>>), ou seja, o conceito de sustentabilidade, a partir do equilíbrio entre os aspectos econômicos, sociais e ambientais de um mesmo negócio (“*Triple Bottom Line*”). No Brasil, de 2007 a 2009, o volume de Relatórios GRI produzidos no país quadruplicou.

através das ações das ONGs, no período que vai das décadas de 60-70, à sua evolução, em períodos subsequentes, nas décadas de 80-90. Pesquisas sobre a evolução deste cenário nos esclarecerão a respeito das circunstâncias que propiciaram o advento de uma nova intervenção nos espaços públicos sociais, no Brasil, desta feita na área informacional, quando então se coloca, por uma organização não governamental recém chegada, uma proposta singular: o combate à exclusão social através da inclusão digital, com ênfase nos direitos de cidadania.

3.2

Cidadania brasileira: uma pirâmide de cabeça para baixo

Essas são as paixões. Dê isso ao cidadão: casa, carro e computador que ele não vai fazer campanha, nem oposição ao governo, passeata, manifestação.

(Lula, presidente do Brasil – março de 2010)

A partir da aprovação parlamentar da chamada “Constituição Cidadã”, em 1988, propõe-se ao Brasil seu aprimoramento institucional. A evolução a um exercício cotidiano da titularidade de “cidadão” advinda dos três direitos – civis, políticos e sociais – esbarrava, entretanto, nas práticas de um longo percurso autoritário.

A construção da cidadania apresenta-se como um fenômeno histórico. Desta forma, tem passado pela conquista de direitos civis, políticos e sociais - sequência esta que, no Brasil, mostrou-se alterada pela precedência e ênfase que o direito social adquiriu entre nós. No pensamento de José Murilo de Carvalho, no Brasil “*a pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo*”.¹⁴

O conceito de cidadania, tendo como parâmetro as sociedades ocidentais, nestes últimos três séculos, integra os ideais de liberdade, participação e igualdade, para muitos estudiosos considerada, no mundo atual, ainda inatingível em sua plenitude.

¹⁴ CARVALHO, J. M. *Cidadania do Brasil, o longo caminho*, p. 10: “O autor que desenvolveu a distinção entre as várias dimensões da cidadania, T. A. Marshall, sugeriu que a cidadania se desenvolveu na Inglaterra com muita lentidão. Primeiro vieram os direitos civis, no século XVIII. Depois, no século XIX, surgiram os direitos políticos. Finalmente, os direitos sociais foram conquistados no século XX. Segundo ele, não se trata de sequência apenas cronológica: ela é também lógica. Foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar, de participar do governo de seu país. A participação permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais.”

Se os direitos civis garantem liberdade e igualdade em uma sociedade regulada a partir de uma justiça independente e a todos acessível; os direitos políticos vinculam-se à participação representativa junto aos governos, assim como, os sociais, ao compartilhamento da riqueza coletiva de uma nação.

Os direitos sociais baseiam-se na ideia de justiça social (direito à educação, ao trabalho, à saúde etc.) e a garantia de sua vigência depende de uma ação eficaz dos poderes constituídos. E podem existir direitos sociais sem a garantia dos direitos civis e políticos, implicando, entretanto, em sérias distorções ao regime democrático e, por conseguinte, na formação de uma sociedade desigual e arbitrária. Em uma outra perspectiva, a expansão dos direitos civis e políticos pode encontrar barreiras intransponíveis frente a uma população sem acesso equânime à educação.¹⁵ Ocorre que o conhecimento dos direitos de cidadania passa, obrigatoriamente, nos dias de hoje, pela educação popular.

É no processo histórico de formação dos direitos de cidadania que se estabelece a qualidade da relação da sociedade com o Estado. A difusão dos direitos pode se dar a partir da ação estatal ou a partir da ação dos próprios cidadãos.

No Brasil a natureza da cidadania é, claramente, um reflexo de sua lógica histórica: uma ênfase compensatória nos direitos sociais, relativamente à supressão ou diminuição radical dos demais direitos.

No período 1930-1964 (o mais significativo das mudanças ocorridas na área dos direitos no Brasil) consolidaram-se avanços significativos nos direitos sociais, porém em termos políticos o Brasil entrou em fases sucessivas de instabilidade e autoritarismo, sacrificando, enormemente, os direitos civis. Neste sentido, a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas implantou direitos sociais em um período de total supressão dos direitos políticos e de forte intervenção nos direitos civis, em especial no que se refere aos seus opositores. Os benefícios implantados em sua gestão aliados a um forte carisma pessoal, ainda acentuado por sua grande habilidade política, seguidos por sua morte trágica, acabou por fixar a imagem popular de Getúlio como o

¹⁵ Ibid., p. 11: “*Há uma exceção na sequência de direitos anotada pelo próprio Marshall. Trata-se da educação popular. Ela é definida como direito social mas tem sido historicamente um pré-requisito para a expansão dos outros direitos. (...) A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política.*”

‘pai dos pobres’. Entretanto, os benefícios advindos das políticas sociais implantadas no período Vargas tinham uma concepção de privilégios e não de direitos, a partir de um direcionamento corporativista de interesse estatal. Este processo ficou caracterizado como “*cidadania regulada*”.¹⁶

Já no Regime Militar, a maior expansão do direito do voto aconteceu ao longo dos 21 anos da ditadura, dando ensejo, entretanto, a uma representação política meramente figurativa.¹⁷ Foi também ao longo de sua duração que os direitos civis e políticos sofreram os maiores reveses: suspensão do *habeas corpus*; proibição de greves; prisões sem mandato judicial; censura prévia; expurgo de professores, juízes e parlamentares; além da tortura e do ‘desaparecimento’ de presos políticos, faziam parte de uma “Política de Segurança Nacional”. Os poucos avanços dos direitos sociais, à época, se deram em direção à área rural, até então ignorada pelos governos precedentes. A ideia de um Estado onipotente e inflexível estava então implantada no cotidiano do imaginário social. E sua prática se dava na máquina de repressão dos órgãos de segurança e informação dos governos militares.

Como consequência, no Brasil, da inversão da lógica histórica que faz com que deva haver, idealmente, uma procedência dos direitos civis e políticos sobre os direitos sociais, temos então, em nossa cultura, uma excessiva valorização do Poder Executivo. Se os direitos sociais foram implantados, em larga margem, em períodos ditatoriais, fixou-se a imagem, para a sociedade brasileira, da força e da centralidade do poder Executivo. Fascinação esta sempre presente e de longa tradição, herança de nosso patrimonialismo português e ibérico (Carvalho, 2003). Ainda conforme o mesmo autor:

¹⁶ Ibid., p. 115: “Ao lado do grande avanço que a legislação [trabalhista] significava, havia também aspectos negativos. O sistema excluía categorias importantes de trabalhadores. (...) Do modo como foram introduzidos, os benefícios [no período Vargas] atingiam aqueles a quem o governo decidia favorecer, de modo particular aqueles que se enquadravam na estrutura sindical corporativa montada pelo Estado. Por esta razão, a política social foi bem caracterizada por Wanderley Guilherme dos Santos como ‘cidadania regulada’, isto é, uma cidadania limitada por restrições políticas.”

¹⁷ Cf. CARVALHO na obra citada. E ainda segundo entrevista, deste mesmo autor, dada ao Jornal O Globo de 23 de maio de 2009 : “Em 1946, 13% da população votavam. Hoje são 70%. Houve uma enorme invasão de povo na política. Nada contra, tudo a favor. Mas foi uma mudança radical.(...) 50 milhões de pessoas começaram a votar durante a ditadura militar.”

O Estado é sempre visto como todo-poderoso, na pior hipótese como repressor e cobrador de impostos; na melhor, como um distribuidor paternalista de empregos e favores.

Derivada da inflação da imagem do Poder Executivo ocorre, por conseguinte, a desvalorização do Poder Legislativo e de seus representantes, deputados e senadores, desacreditados na transparência de seus propósitos, perante larga margem da sociedade brasileira. Neste sentido, a representação política não é vista como articuladora de caminhos para a solução dos problemas da população, e sim como instância envolvida em interesses corporativos, sejam de ordem privada ou do próprio Estado.¹⁸

À cultura que privilegia uma negociação direta com o Poder Executivo em detrimento da mediação que passa pelo Poder Legislativo e seus titulares, foi dada a denominação de “*estadania*”.¹⁹

Por tais razões, as intervenções da sociedade civil como agente de mudanças, através da ação das ONGs, as organizações não governamentais, são vistas - fora do âmbito restrito do setor econômico em que atuam (Terceiro Setor) e de alguns setores acadêmicos - como de pouca eficácia frente aos tradicionais padrões brasileiros.

Entretanto, das parcerias entre ONGs e empresas privadas (muitas com a participação dos governos), aliados em projetos e/ou ações sociais complementares, tem resultado experiências inovadoras no encaminhamento e solução de problemas com focos diversificados: direitos humanos; liberdade de expressão; gênero e etnia; direitos dos idosos e das crianças; população de rua; regularização fundiária; combate à AIDS; economia solidária; direitos indígenas; ecologia e meio ambiente; no apoio a jovens em situação de risco social; pelos indivíduos em regime de privação da liberdade; pela expressão cultural das periferias; e para a inclusão digital - tanto quanto, o acesso à educação e à saúde como parte dos direitos universais.

¹⁸ Ibid., p. 223: “*O papel dos legisladores reduz-se, para a maioria dos votantes, ao de intermediários de favores pessoais perante o Executivo. O eleitor vota no deputado em troca de promessas de favores pessoais; o deputado apoia o governo em troca de cargos e verbas para distribuir entre seus eleitores. Cria-se uma esquizofrenia política: os eleitores desprezam os políticos, mas continuam votando neles na esperança de benefícios pessoais.*”

¹⁹ O termo “*estadania*” foi cunhado por José Murilo de Carvalho (Ibid., p. 221). Segundo este autor: “*Esta cultura orientada mais para o Estado do que para a representação é o que chamamos de ‘estadania’, em contraste com a cidadania.*”

Muitas das atuais iniciativas originadas na sociedade civil datam de um processo iniciado ainda na década de 70, em plena ditadura militar, e na passagem dos períodos 80-90, ao longo da redemocratização do país.

Estudar de forma mais precisa os aspectos de ascensão e fortalecimento, à época, dos movimentos populares e das organizações não governamentais, buscando entender sua contribuição às mudanças que alteraram os cenários sociais, políticos e econômicos, a partir de então, nos ajudará a refletir sobre a dimensão transformadora exigida à sociedade brasileira neste início de milênio. Desta forma, nos ajudará também a perceber, com maior nitidez, especificidades do surgimento e da expansão da ONG CDI-Comitê para a Democratização da Informática no cenário brasileiro da década de 90. Seus atuais objetivos, métodos de trabalhos, parcerias e resultados, compõem o universo dessa pesquisa, através da qual buscamos respostas aos desafios da “*info-exclusão*”²⁰ no Brasil contemporâneo.

3.3

De AMP à ONG: em busca da construção de uma identidade

A trajetória das organizações não governamentais no Brasil é a história de produção de uma categoria social (Landim, 1993). Neste sentido, aponta para grupos e atores sociais saídos de uma ‘*pré-história*’ das ONGs, na segunda metade da década de 60, tais como os ‘*agentes cristãos de presença discreta mas ativa*’ dedicados aos ‘*trabalhos de base*’ na sociedade²¹; os universitários que organizavam-se na clandestinidade e armavam-se contra a ditadura; assim como, já no início dos anos 70, as entidades de ‘*educação popular*’, ou ‘*a serviço dos movimentos populares*’, como se autodefiniam à época.

²⁰ O conceito relativo ao termo “*info-exclusão*”, ao qual ora nos reportamos, encontra-se explicitado no capítulo “*Conhecimento Tecnológico e Informação - a Era da Sociedade Informacional*”, neste trabalho.

²¹ O chamado ‘*trabalho de base na sociedade*’ está vinculado ao ‘*trabalho comunitário*’ o qual tornou-se “*expressão corrente entre aqueles que atuam no Terceiro Setor. Aponta para a concretude de uma atividade localizada, de dimensões pequenas, em que o relacionamento é personalizado. O trabalho neste plano, ainda quando modesto, carrega uma inequívoca aura positiva. Quem a ele se dedica, está mais perto, supõem-se, da ‘realidade’ que importa (...) Conhecer a comunidade é condição sine qua non para quem pretenda fazer um ‘trabalho de base’.*” Cf. FERNANDES, R.C., *Privado porém Público – o Terceiro Setor na América Latina*, p. 33.

O universo da AMP, ou melhor, do conjunto de entidades que promoviam “Assessoria aos Movimentos Populares” é apontado como o pioneiro das atuais ONGs, através de seus “Centros de Educação Popular”.²² Tais espaços de trabalho social prestavam-se à ‘assessoria a grupos de base’ voltados a setores da população considerados desfavorecidos. E atuavam através dos, à época denominados, ‘agentes sociais’.²³

Neste propósito, multiplicaram-se no Brasil, ao final da década de 70, os Centros de Educação Popular organizados por entidades cujas siglas - de uso exclusivo ao campo, em sua maioria apenas relegadas a um posterior registro em catálogos - alimentavam o universo AMP²⁴

As entidades que compunham o universo das AMP atuavam separadamente, através de relações diretas e individualizadas, tirando sua legitimidade a partir das finalidades de apoio a que se propunham junto aos grupos e movimentos populares. Tais objetivos pressupunham as dificuldades dos cenários político e social vigentes no Brasil da década de 70 e, neste sentido, os agentes consideravam suas ações válidas, ao menos, para manter acesa a chama da resistência à ditadura militar.

²² Os ‘Centros de Educação Popular’ “remetem à categoria ‘educação popular’ – uma das categorias centrais na auto-definição dessas organizações, através de sua história – Hugo Lovisolo a considera como um movimento de intelectuais que expande em direção às camadas populares racionalidades, lógicas e valores caros à tradição racionalista ocidental, observando no entanto que o seu discurso não assume essa evidência em sua plenitude. Ao contrário, ela justifica sua expansão como resultado ou demanda do processo histórico da nação, do povo, das camadas populares. Consequentemente, a ‘educação popular’ não se pensaria a partir de uma sociologia dos intelectuais, mas sim a partir de uma sociologia da sociedade, das camadas populares, da política de emancipação, ou outras possíveis (Lovisolo, 1980). Essas mesmas características se encontrariam nas crenças predominantes nos “Centros”, em grande parte da sua história.” LANDIM, L. 1993, *A Invenção das ONGs – do Serviço Invisível à Profissão Impossível*. Tese de Doutorado em Antropologia Social do Museu Nacional e da UFRJ.

²³ “Agente é a categoria que, nesse campo da ‘educação popular’, indica uma posição e uma função, por parte do educador. Normalmente, os ‘agentes’ são os encarregados da execução dos ‘projetos’, ou da ‘intervenção social’, ao nível do contato direto e prolongado com os grupos sociais envolvidos - podem, mesmo, originar-se desses grupos, a partir de que passem por um trabalho específico de socialização.” (LANDIM, 1993). Grifo nosso.

²⁴ Em 1977, entidades que posteriormente se apresentariam no campo das “ONGs”, identificavam-se como ISER, ASSESSOAR, IBRADES, MOC, PATAC, CPV, ADITEPP, Centro Luis Freire, CESE, NOVA, CEDI, ESPLAR, CEAS etc. (LANDIM, 1993). Com exceção do ISER-Instituto de Estudos da Religião, as demais organizações não permaneceram ou sustentaram maior expressão no Terceiro Setor.

Segundo Landim:

*São, assim, [os Centros de Educação Popular] instâncias onde se produzem retóricas, problemáticas e práticas sociais específicas, ocupando uma determinada posição com relação a outros campos com os quais se relacionam de modo privilegiado – como o religioso, o acadêmico e sobretudo o político – e com referência aos quais constroem suas marcas distintivas.*²⁵

Neste momento, final da década de 70, ainda não havia, entre os grupos, preocupações relativas à identidade institucional. Um reconhecimento mútuo dos objetivos de *‘estar a serviço’* bastava, às entidades, para a validação de suas existências no cenário social. Ao contrário, a invisibilidade social, ou o *‘não fazer nome’*, era visto como uma qualidade pelas organizações – como a comprovação dos propósitos verdadeiros voltados aos seus beneficiários. Uma lógica que, ainda que não percebida como tal, reproduzia as características do trabalho tradicional de ordem caritativo cristã: anônimo, discreto, silencioso.

Nos anos iniciais da abertura política, na passagem para a década de 80, há o encontro entre marxistas e cristãos, quando as organizações sociais se abrem para receber quadros também das universidades. Ainda segundo Landim:

*Uma das condições para essa aproximação certamente era a coincidência entre a postura ‘anti-institucional’ na política gerada pela socialização de quem iniciou essa atividade sob a ditadura militar e próxima a grupos da esquerda armada, e a postura também ‘anti-institucional’ e ‘basista’ desenvolvida pelas alas da Igreja envolvidas com a Teologia da Libertação.*²⁶

Ainda no início da década de 70, realizara-se por iniciativa do CMI – Conselho Mundial de Igrejas,²⁷ no Brasil, o *“Encontro de Educação Popular”*. A partir deste evento se conformariam as concepções sobre educação popular que estariam, dali em

²⁵ LANDIM, L. *A Invenção das ONGs – do Serviço Invisível à Profissão Impossível*, p. 9.

²⁶ Ibid., p. 58 – Nota 59. O Concílio Vaticano II remete a um período em que a Igreja Católica convoca seus fiéis a buscarem a *doutrina da boa nova do Evangelho*, a qual apontava para os pobres e oprimidos, em pleno fechamento do Estado pelo exército. Em resposta, os bispos latino-americanos reuniram-se em Medellín, Colômbia, em 68, para discussão da nova doutrina. Deste processo surgiria o movimento conhecido como *“Teologia da Libertação”*.

²⁷ O Conselho Mundial das Igrejas origina-se de uma aproximação entre igrejas evangélicas e igrejas ortodoxas, na década de 40, com objetivos de congregar igrejas cristãs em uma só estrutura. Entretanto, nos anos 60-70, o CMI orientará fortemente sua atuação para o *“Terceiro Mundo”*, intensificando o seu apoio a movimentos contra as ditaduras na América Latina. (LANDIM, 1993).

diante, também significativamente presentes nas ações dos grupos que compunham o universo da AMP.²⁸

Embora as 'ONGs' sejam um fenômeno dos anos 70 e 80, suas origens estão marcadas por referenciais mais antigos.²⁹ O “Encontro de Educação Popular”, na verdade, acaba por dar expressão pública a uma prática discreta das igrejas, de obras sociais nas comunidades, que ainda na década de 60 - através da Igreja Católica em sua proposta doutrinária de “*opção preferencial pelos pobres*”, inspirada na “Teologia da Libertação” - impõe-se ao Estado brasileiro em plena ditadura.³⁰

Na prática, a atuação da Igreja Católica, nas comunidades, escapava aos controles da ditadura militar que não conseguia ocupar todos os espaços da sociedade por igual e atuava por ação policial, seletiva e preventiva, em locais de confrontos sociais mais explícitos.

O trabalho comunitário da Igreja, típico de então, remetia à situação pedagógica enunciada por Paulo Freire, matriz inspiradora da '*Educação Popular*'. Suas origens datavam do início dos anos 60 quando emergiram movimentos expressivos de educação popular no Brasil, entre eles o MEB - Movimento de Educação de Base.

O MEB, criado pela CNBB-Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, tornou-se um dos movimentos mais atuantes no período 61-66 abrigando, de forma ampla,

²⁸ Na verdade não havia uma filosofia social ou doutrina de enquadramento de seus agentes, mas características de um discurso que acusava o *vanguardismo*, o *intelectualismo* como equívocos à prática que se propunha então de *educação popular*. Neste sentido, a academia, exceção feita à categoria dos sociólogos, segundo Landim, ainda era vista de forma controversa: ora através de uma enfática afirmação distintiva; ora através da legitimação de novos tipos de intelectual e de '*obras a serviço*'. Não era pouco comum, entretanto, a busca de quadros profissionais junto às universidades (LANDIM, 1993).

²⁹ Segundo FERNANDES, 1994, p. 69 et. seq.: “As ONGs tornaram-se um fenômeno massivo no continente [latino-americano] a partir da década de 1970. Cerca de 68% surgiram depois de 1975. Um número significativo (17%) data de 1950 a 1960 e os restantes 15% distribuem-se de maneira regular pelas décadas seguintes. Simplificando, pode-se dizer que organizações criadas antes de 70 foram assimiladas pelo circuito das ONGs, o qual tornou-se visível, enquanto tal, nos fins de 70 ou começo de 80.”

³⁰ Segundo LANDIM, 1993, p. 69 – Nota 77: “Não só é generalizada em vasta literatura produzida em anos ainda recentes a idéia de que a Igreja Católica foi a única instituição de peso da sociedade civil brasileira que ficou praticamente incólume, após o golpe militar, sendo então '*espaço*', ou '*respaldo*', para o nascimento de organizações e movimentos sociais durante a ditadura. Mas também se generalizou – entre estudiosos / ideólogos da Igreja Popular – a idéia de que se constituíram, aí, cortes radicais com relação a um passado e um modo de ser institucional, configurando-se uma '*nova Igreja*'”.

assessores leigos como *‘educadores de base’*, ou seja, os futuros especialistas em educação popular.³¹

Do MEB, e outros movimentos originados na Igreja Católica, surgiram as CEBs – as Comunidades Eclesiais de Base³² difundindo-se nos territórios de antigas paróquias para a interação de diversas instâncias dinâmicas no interior da Igreja: estudantes, lideranças leigas populares, ordens missionárias, jovens teólogos. Em sua expressão, *“uma religiosidade com pouco rito, pouca mística e muita conversa.”*³³

Em outra ponta do laço social pós-64, surge uma organização de atuação *‘verdadeiramente clandestina’*, o MPL - Movimento Popular de Libertação. Sua importância prende-se ao fato que, de suas fileiras, sairiam futuros quadros para entidades da AMP, na década de 70. Uma delas a NOVA – Pesquisa à Assessoria em Educação, fundou um modelo³⁴ já configurando várias particularidades das ONGs

³¹ O MEB foi criado pela CNBB-Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em 1961, objetivando desenvolver um programa de educação promovido pela Igreja Católica como exigência de sua ação evangelizadora junto às massas. Explicitava em seus documentos iniciais: *“Entende-se como educação de base o conjunto dos ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soerguimento das comunidades.”*. Já um ano depois, em uma revisão parcial de seus fundamentos, abordava a *‘educação de base’* da seguinte forma: *“Considerando as dimensões totais do homem, entende-se por educação de base o processo de auto-conscientização das massas para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade. Esta educação deverá partir das necessidades e dos meios populares de participação, integrados em uma autêntica cultura popular que leve a uma ação transformadora.”* FÁVORO, 2004. Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/meb_historico.pdf> Consulta em 12 de setembro de 2010. O trabalho de educação de base que emergiu nesta época se fazia por meio de reuniões, em uma comunicação que se pretendia de base igualitária e eminentemente conceitual. Desta forma, tornou-se, na prática, um dos itens de destaque da catequese renovada naqueles tempos (FERNANDES, 1994).

³² A origem das CEBs está vinculada não só ao MEB, mas também a movimentos como a ACO – Ação Católica Operária e aos Planos de Pastoral da CNBB. A ideia das CEBs, inicialmente chamadas Comunidades Cristãs de Base, surgiu na 2ª Conferência Episcopal da América Latina ocorrida em Medellín, na Colômbia, em 1968, quando os bispos católicos referendaram a *‘opção preferencial pelos pobres’*. As CEBs ocuparam, a partir de então, um importante papel na construção dos movimentos sociais no Brasil, a ponto de serem consideradas *“sementeiras de movimentos populares”* (FÁVORO, 2004). Segundo a CNBB, em 1982: *“Fenômeno estritamente eclesial, as CEBs em nosso país nasceram no seio da Igreja-instituição e tornaram-se um novo modo de ser Igreja.”* Fonte:<<http://www.igrejadocarmo.com.br/textosgilvander/CEBs>> Em 12 de setembro de 2010.

³³ *“As CEBs puseram as pessoas para falar. Sua marca distintiva não foi a missa, mas o estudo da Bíblia, feito em grupos, num círculo, com as escrituras funcionando como ponto de partida gerador de uma troca de opiniões sobre a pergunta sempre repetida: “O que a Palavra de Deus nos diz, a nós, que aqui estamos, neste lugar, com tais problemas e tais esperanças?”* Nesses encontros, a figura do assessor tornou-se complementar à presença do padre (FERNANDES, 1994, p. 39).

³⁴ *“... já haviam outras entidades que viriam a ser consideradas “ONGs” com o tempo – inclusive, a consagrada FASE, fundada em 1961. Mas há uma idéia de que a foi a NOVA que nasceu pronta, ou seja, a que fundou um ‘modelo’ e que, portanto, pode reivindicar uma identidade contínua no tempo. A NOVA já teria nascido ONG, à diferença de outras organizações do mesmo tipo que existiam na época.”* (LANDIM, 1993, p. 77)

pós-80. Principalmente, contrapor-se ao um estilo até então consagrado pelas entidades ligadas à AMP, vistas como pioneiras porém conservadoras, por suas raízes com grupos assistenciais.³⁵

Desta forma, no decorrer dos anos 80, seria de ordem fundamental à ONG apresentar-se: como de natureza *‘político-pedagógica’*, com base na metodologia freiriana; claramente autônoma e independente, frente a universidades, igrejas e partidos de esquerda; adotar a *‘educação popular’*, marca registrada da categoria guarda-chuva de práticas da época - e não a “*educação de adultos*”, “*educação de base*” ou “*cultura popular*” (Landim, 1993:82); privilegiar grupos de identidade particularizada como *negros, mulheres, índios* em contraposição a um coletivo massificante de *‘desfavorecidos’* que viesse a atropelar a noção de *‘diversidade’*; ter a *‘Cidadania’* como valor e a *‘Sociedade Civil’* como referência, explicitados em práticas e discursos; tornar-se um centro de recursos humanos profissionalizados (assessorias, informações, materiais pedagógicos, elaboração de projetos etc.) a serviço das associações comunitárias e dos movimentos sociais (Fernandes, 1994:129). Por conseguinte, parcerias com o Estado e as empresas privadas estavam fora de cogitação, no início dos anos 80. Prevaleciam as *‘parcerias internacionais’* que privilegiavam o *‘político’* e não o *‘instrumental’* nas relações.³⁶

A sustentabilidade econômica das organizações, desde os primórdios de suas atuações, como vimos, em torno da segunda metade da década de 60, estava vinculada a instituições internacionais e ONGs nativas, ou seja, aquelas cujas matrizes estavam localizadas em países da Europa, nos Estados Unidos e no Canadá. Era um campo transnacionalizado onde as relações com o “Terceiro Mundo”, seu público-alvo, constituíam, em muitos casos, sua razão maior de existência. Os recursos disponibilizados eram vinculados a projetos explícitos e investimentos

³⁵ “Os movimentos, associações e ONGs afirmaram a sua vocação rompendo explicitamente com o *‘assistencialismo’*. Mesmo quando originárias desta tradição, que foi o caso para muitas organizações de Igreja, a intenção e a retórica visavam deixá-la de lado e para trás. (...) *‘Assistencialismo’* virou um termo de acusação.” (FERNANDES, 1994, p. 128).

³⁶ Deste modo, a parceria firmada “era baseada em princípios comuns de atuação, aqui e na Europa, em relações estabelecidas e discutidas também *‘politicamente’*, em critérios discutidos conjuntamente, não sendo meramente algo de caráter *‘instrumentalizador’*; ou permeado por valores colonialistas: os depoimentos afirmam, por aí, na fundação da NOVA, o modelo considerado atualmente ideal na conformação das “parcerias” Norte-Sul e na realização da vocação transnacional das ONGs.” (LANDIM, 1993, p. 82).

regulares vindos das “Agências de Cooperação Internacionais”, que se auto-intitulavam *de ‘ajuda’* ou, posteriormente, de *‘desenvolvimento’*. No período de maior expansão das ONGs, ou seja, da segunda metade da década de 70 ao término da de 80, houve, da mesma forma, um notável aumento de volume dos recursos internacionais disponibilizados.³⁷

Na segunda metade da década de 80 as organizações remanescentes do universo AMP, agora reafirmadas como *‘não governamentais’* e *‘não lucrativas’*, após um processo de re-semantização de suas identidades frente à invasão crescente de novas instituições, são apresentadas ao Brasil, através de um “Catálogo das ONGs a Serviço do Movimento Popular” ou, simplesmente, “ONGs-SMP”. A publicação³⁸ tornou-se um marco no campo das organizações sociais, à época, por apresentar, de forma inédita, a *‘cara’* das ONGs do Brasil. Para elas, a expressão de sua auto-imagem, para a sociedade civil brasileira a oportunidade de perceber-se parte de uma nova realidade.

Segundo Leilah Landim, à época pesquisadora do ISER – Instituto de Estudos da Religião, e responsável pelo trabalho:

*Na realidade se estava ‘inventando’ um nome para designar organizações que vinham se constituindo basicamente nas duas últimas décadas – ressaltando-se particularmente os ‘Centros de Educação Popular’, ou de ‘Assessoria e Apoio’. Num processo de re-semantização, criava-se uma nova identidade.*³⁹

Entretanto, não seria ainda suficiente para dar a visibilidade exigida em função dos novos tempos, uma realidade construída a partir de um novo circuito não

³⁷ “Por exemplo, entre 1960 e 1980 houve um crescimento de 68% na ajuda externa para o *‘Terceiro Mundo’*, através de agências não governamentais de países europeus, do Canadá e dos Estados Unidos: passou-se de 2.8 bilhões de dólares para 4.7 bilhões de dólares (pelo dólar de 1986). Um dos fatores mais importantes nesse aumento foi o crescimento dos subsídios governamentais para ONGs [ONGs]: quanto aos países membros da (Organization for Economic Cooperation and Development) [OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico], por exemplo, esses subiram de 778.2 milhões de dólares em 1973 para 1.5 bilhões, em 1980. Com respeito à Comunidade Econômica Européia, [União Europeia] se em 1976 dava às ONGs européias 4.8 milhões de dólares, em 1982 essa quantia vai a 22.7 milhões. Da mesma forma o Banco Mundial passa, no mesmo período, a investir crescentemente nas *‘ONGs do Terceiro Mundo’*. E muito poderia ser aprofundado, através das diversas fontes de dados existentes, a respeito da crescente importância, a nível da alocação de recursos internacionais, para essas entidades não governamentais dos países periféricos, durante os anos 70/80 (OECD, 1988 e 1989; Smith, 1990).” LANDIM, 1993, p. 12.

³⁸ “Sem fins lucrativos – as organizações não governamentais no Brasil” (LANDIM, 1988). O cadastro listava 1.010 entidades, contendo nomes, endereços e breves perfis das organizações.

³⁹ LANDIM, 1993, p. 40.

governamental de cooperação, possibilitando a conexão de microprojetos locais e campanhas de escala internacional, através de iniciativas articuladas nos mais diversos planos da sociedade civil. A palavra-chave deste novo processo de articulação veio do campo da informática: *redes* – combinando a autonomia de cada organização com um intenso fluxo de informações (Fernandes, 1994:129). Redes de ONGs latino-americanas combinando-se de variadas formas:

*Processos dinâmicos permanentes que estabelecem laços múltiplos, descontínuos e redundantes entre pessoas e entre grupos, formais e informais (...) O essencial nestas redes não é a estrutura, mas os processos descentralizados de comunicação e de tomada de decisões. Apoiam-se em sólidos relacionamentos interpessoais que resistem ao teste do tempo.*⁴⁰

No Brasil, a articulação em redes tomou forma a partir da década de 90, através de organizações como FASE, IBASE, IDAC e ISER.

O universo das ONGs cresce e se diversifica, mas seu reconhecimento e prestígio perante a sociedade brasileira ocorreu, efetivamente, a partir da Rio ECO-92.

3.4 Rio ECO-92: “*Nada será como antes*”⁴¹

Na entrada dos anos 90, surgem no cenários das organizações sociais brasileiras as ONGs que se auto-definem como *ecológicas* ou *ambientalistas*. Emergem em um cenário no qual já se dava por consolidado um universo de entidades, as “ONGs-SMP” que monopolizavam, até então, a sigla e um capital específico acumulado ao longo de toda uma história de quadros profissionalizados, parcerias internacionais, além de relações construídas com setores, grupos e movimentos sociais.

⁴⁰ PEÓN, 1993. In: FERNANDES, R. C., *Privado porém Público, o Terceiro Setor na América Latina*, 1994. Como um contraponto às ações de colaboração articuladas entre ONGs, vale registrar um dito (hilário) que ficou famoso, à época dos anos 80, produto das concorrências veladas entre as organizações, seja por financiamentos quanto por *bases*: o peruano Mario Padrón, um dos ideólogos pioneiros das ONGs na América Latina, referindo-se às constantes disputas, internas ao campo, ironizou: “*hay pobres para todos!*”

⁴¹ “*Nada será como antes*”: título de uma matéria da revista “Tempo e Presença”, editada pelo CEDI (ONG consagrada no campo das AMPs), composta de entrevistas de organizadores, no Brasil, dos eventos que culminaram com a Rio ECO-92, então definida como “*o maior encontro da sociedade civil planetária dos últimos tempos*” (CEDI, 1992:7). In: LANDIM, 1993, p. 17.

Apresentam-se no bojo de um momento privilegiado de prestígio e consagração das ONGs, trazido por um evento internacional que deu inédita visibilidade, na sociedade brasileira, a um setor econômico até então submerso, quase marginal em suas funções e objetivos perante um Estado autoritário. É o momento da ascensão do Terceiro Setor, das organizações que se encontram, as *tradicionais* e as *novatas*, em novos tempos de fim de milênio, em um *ethos* renovado.

Eram os tempos da Rio ECO-92.⁴²

As etapas que antecederam a realização da Rio ECO-92 foram de expressão significativa para as organizações sociais que passavam por momentos de reafirmação de suas identidades, interna e externamente, frente à multiplicação das novas instituições que então surgiam. Em termos práticos, foi um período de posicionamento institucional, no qual lhes foi exigido definir-se enquanto ‘ONG’ ou ‘Movimento Social’. Isso em função das exigências de organização dos eventos, processados através de dois encontros preparatórios.

O “Primeiro Encontro Internacional de ONGs e Agências das Nações Unidas” (“*First International Meeting of NGOs and United Nations System Agencies*”) mais divulgado, no campo e na mídia, como “Encontro PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento”, patrocinado pela ONU, reuniu, na cidade do Rio de Janeiro, mais de 100 ONGs brasileiras, e outras tantas estrangeiras, além de representantes de órgãos das Nações Unidas e da ABC, a “Agência Brasileira de Cooperação”, organismo ligado, à época, ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Cf. IBASE/PNUD, 1992). Sua importância, além do ineditismo de sua agenda, participantes e público-alvo, foi o fato de, significativamente, ter-se formado, logo em seguida, uma associação que se comprometeria, a partir de então, a representar o universo das ONGs brasileiras: a ABONG.

⁴² A “ECO-92” ou “Rio ECO-92”, são os nomes pelos quais ficou conhecida na sociedade brasileira, via mídia, a “*Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*” (CNUMAD/ UNCED em inglês), realizada no período de 03 a 14 de junho de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, e que reuniu representantes de 156 países, muitos deles Chefes de Estado. O seu objetivo principal era buscar meios de conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação e a proteção dos ecossistemas da Terra. A Conferência produziu a “*Agenda 21*” (programa de ação) e consagrou o conceito de “*Desenvolvimento Sustentável*” – conceito este, por sua vez, sistêmico, que se traduz em um desenvolvimento global incorporando três eixos, simultaneamente: social, econômico e ambiental. Disponível: “Wikipedia, a enciclopédia livre”, <<http://www.pt.wikipedia.org>> Consulta em 21/03/2010.

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais – ABONG, foi criada em agosto de 1991 e apresentava em seus estatutos a proposta, “...de expressar a identidade comum de um conjunto de ONGs comprometidas com o processo de democratização da sociedade brasileira, que têm uma tradição de apoio e serviço ao movimento social popular, constituindo um segmento específico da sociedade civil comprometido com os setores populares”.

Portanto, claramente, seu principal universo representativo era o das “ONGs-SMP”, as “Organizações a Serviço do Movimento Popular” – a categoria das ONGs já consolidadas no campo das organizações sociais brasileiras.⁴³ Entretanto, a semente da diversidade, que rapidamente garantiria o *status* de visibilidade e prestígio às ONGs na sociedade brasileira já estava, também aqui, representada.

Segundo Landim:

*Apesar da hegemonia, entre as 108 entidades, das que podem ser classificadas como ‘AMP’ (75% dentre elas, segundo minha avaliação), figuram na lista 13 entidades dedicadas a questões de ‘mulheres’, 5 a ‘negritude’, 3 a ‘índios’, 2 a ‘meninos de rua’ e uma, respectivamente, a ‘ecologia’, ‘AIDs’ e ‘deficientes físicos’. Participando da Associação, essas entidades se legitimam como ‘ONGs’, contaminam-se com o discurso oficial do ‘a serviço de movimentos populares’ e, ao mesmo tempo, contribuem para um efeito de consagração da ABONG como entidade abrangente da diversidade e detentora do monopólio da nomeação. Participação, no entanto, praticamente simbólica, já que não representativa do peso que certos ‘subconjuntos’ assumem, na visibilidade social do nome, como é o caso das ‘ecológicas’.*⁴⁴

Percebe-se, na articulação, a sutil presença de uma disputa política pela identidade *ONG*, marca-monopólio do universo das “ONGs-SMP”, agora ameaçadas por algumas organizações que ganham repentina visibilidade em um momento de redemocratização das instituições brasileiras, como evidenciavam os primórdios dos anos 90.

Um representante de uma das entidades participantes dos “eventos da ECO-92”⁴⁵, observador ocular dessa história, nos elucida sobre o clima que antecedeu o grande encontro:

⁴³ Rearfirmando, no Estatuto, sua autonomia frente ao Estado, não são consideradas ‘ONGs’, para efeito do pertencimento à ABONG, entidades representativas como sindicatos, associações de moradores, associações profissionais etc. (LANDIM, 1993).

⁴⁴ LANDIM, 1993, p. 30 - Nota 28.

⁴⁵ A mídia brasileira, que acompanhou todo o movimento em torno da Conferência das Nações Unidas -CNUMAD, acabou por popularizar a marca “ECO-92” para o conjunto dos acontecimentos, ou seja, o

*Quanto mais se definia o que é ONG, mais algumas organizações se identificavam, ou não, como movimento. Isso foi bastante comum entre algumas organizações autodenominadas ambientalistas que, por se sentirem em uma encruzilhada entre ser movimento ou ser organização, passaram a recusar o termo ONG para si. Outra vertente identificava as ONGs como organizações que teriam uma competência específica, relacionada à capacidade de produção de conhecimento e operacionalidade no âmbito internacional. De todo modo, mais ou menos à vontade com o termo, chegou-se aos eventos do Fórum Global com uma grande identidade construída de ONGs brasileiras”.*⁴⁶

O segundo encontro preparatório da ECO-92 - o “Fórum Brasileiro de ONGs Preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” – ganhou as páginas dos jornais. A partir deste evento, estaria consolidada a categoria ONG para a Sociedade Civil brasileira. Eram mil e duzentas entidades vindas de todo o Brasil: uma arena inclusiva e heterogênea, congregando um campo de diversidades, tanto quanto, de concorrências explicitadas, de oposições e afirmações de diferenças (Landim, 1993).

*E esse nome [ONG] vira mercadoria simbólica de valorização crescente, a partir sobretudo de uma ‘ECO-92’ que cai do céu em terras brasileiras, mobilizando de fato – e por que motivos sejam – uma grande quantidade de entidades da chamada sociedade civil organizada.*⁴⁷

A questão que se apresentava, à época, era simples e direta: “*Mas quem são as ‘ONGs’ brasileiras?*”?

Um dos mais ativos participantes da Coordenação Geral do “Fórum Global das ONGs” - evento paralelo à Conferência das Nações Unidas - documentou como critério formal, a partir dos debates do Fórum Preparatório: “*participar do Fórum supõe ter uma visão crítica em relação ao modelo de desenvolvimento dominante,*

“Fórum Preparatório” que a antecedeu; a Conferência propriamente dita; e ainda o “Fórum Global das ONGs” (instância internacional de ONGs participantes da ECO-92 também denominada de “Conferência da Sociedade Civil Mundial”), corpo *ad hoc* que se organizou, em consequência, e realizou eventos paralelamente ao internacional. Ao fim dos eventos relativos à ECO-92, a articulação de entidades civis brasileiras continuou a funcionar, desta feita, sob a denominação de “Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento” (LANDIM, 1993, p. 05 - Nota 10).

⁴⁶ VIANNA, 1991, p. 6. In: LANDIM, 1993, p. 37 - Nota 34. Referindo-se à Aurélio Vianna, “antropólogo, membro da coordenação do CEDI – Centro Ecumênico de Informação e Documentação [fundado em 1974], à época representante da entidade nos eventos da ECO-92.”

⁴⁷ LANDIM, 1993, p. 19 - Nota 11.

*associar a questão ecológica à questão social e tratar o meio-ambiente como questão política”*⁴⁸

Entretanto, também se pode tentar entender a perplexidade - da mídia e do campo - contida nessa questão, a partir das categorias formalmente definidas como participantes nos eventos relativos ao Fórum Global:

*Na reunião decisiva de escolha da Coordenação Nacional do Forum (...) fica-se, após muito debate, com uma tríade: deveriam estar representados aí as ONGs Ambientalistas; as ONGs de Desenvolvimento; e os Movimentos Sociais (que, pela listagem dos escolhidos, podem ser identificados como os de moradores, sindical, de seringueiros, de barragens, de mulheres, índios, negros e jovens). Essa classificação teve a ver com o nome que o 'Forum' passaria a adotar, a partir de um determinado momento: 'Forum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento'.*⁴⁹

As “ONGs de Desenvolvimento” são as “ONGs-SMP” que se rebatizavam em função do momento (“Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento”), com o intuito de promover o debate sobre modelos de desenvolvimento sob um ponto de vista que compreendesse a justiça social, a participação popular, a cidadania. Entretanto, as que se sobressaíram aos olhos da sociedade foram, efetivamente, as *categorias* “ONGs Ambientalistas” e os “Movimentos Sociais”, através das quais, as instituições participantes esforçavam-se em integrar-se à agenda ambientalista do encontro: *negritude e ecologia; associações de moradores e ecologia; lutas dos operários e a ecologia; os camponeses e a ecologia; mulher e ecologia; religião e ecologia* etc. (Landim, 1993).

Finalmente, é possível também identificá-las através dos arquivos do “Fórum Global”:

Foram elas, segundo listagem obtida nos arquivos do Forum: 536 cujo título revela serem 'ambientalistas', ou 'ecológicas'; 119 que poderiam ser enquadradas no que entendemos aqui como entidades 'de assessoria e apoio a movimentos sociais/populares'; 84 sindicais; 81 profissionais; 42 ligadas a igrejas ou grupos religiosos, quer 'alternativos', quer de ação 'política' (direitos humanos, pastorais

⁴⁸ Segundo o francês Jean-Pierre Leroy - que iniciou suas atividades no Brasil como clérigo. Ao deixar a congregação religiosa, começou a desenvolver carreira na “ONG-SMP” FASE. Tornou-se reconhecido, desde então, “*como um dos mais atuantes defensores do direito ao meio ambiente*”. Fonte: <<http://www.ibase.br/modules>>. Consulta em 25/03/2010. Interessante frisar que os eventos relativos ao Fórum Global, além da ONG FASE, também contaram com a coordenação das entidades NOVA; CEDI; ISER; IBASE, IDAC; CEDAC, do Rio de Janeiro; o Centro Luis Freire, de Recife; o INESC, de Brasília; e o CESE, da Bahia. (Landim,1993).

⁴⁹ LANDIM, 1993, p. 38.

populares etc.); 34 associações de moradores; 34 ligadas a causas indígenas; 33 a feminismo; 32 estudantis, do tipo representativo; 22 que podemos definir como culturais (centros de pesquisa, de artesanato, de teatro, etc.); 17 ligadas a movimentos e questões de saúde, ou associações em prol de deficientes físicos e mentais; 14 ligadas a questões de negritude; 9 em defesa de menores; 8 do tipo clubes de serviços (como o Lions); 6 de luta contra a AIDS; 2 de questões ligadas aos homossexuais; 28 não identificáveis pelo título.⁵⁰

Portanto, conclui-se que para além de embates; distinções semânticas; indicações de ordem funcional ou estrutural, para a sociedade brasileira, à época, “ONG era um nome depois da Rio-92”.⁵¹ Um nome indicativo, em seu polimorfismo, de pretensões sociais transformadoras; e agentes (cidadãos voluntários ou profissionais) mobilizados por uma agenda política que emergia de uma nova ‘sociedade civil brasileira’ que se propunha, desde agora, ‘organizada’.

Em outra ordem de identificação que, neste ponto, nos interessa em especial, a academia já intervinha neste debate a partir de pesquisas e estudos, no período 80-90, que resultaram em publicações tais como: “Responsabilidade Social: a empresa hoje”;⁵² e “Por que as empresas privadas investem em projetos sociais e urbanos no Rio de Janeiro?”⁵³, sinalizando, pelos enfoques adotados, para a legitimidade do fenômeno enquanto objeto de estudo da sociologia, tanto quanto, apontando para uma face fundamental no processo de consolidação das organizações sociais no Brasil, qual seja, a da intervenção direta das empresas mediante projetos privados de *investimento social*, em parcerias com ONGs e/ou Estado – visando criar uma marca estratégico-comercial: a da “Responsabilidade Social Empresarial”.

⁵⁰ Ibid., p. 34 - Grifos originais.

⁵¹ Segundo Aurélio Vianna, a Rio-92 teria deixado como legado, ao terminar, um “novo nome”, que “passou a fazer parte do nosso vocabulário: ONGs – descobertas pela mídia, pelo governo brasileiro e também por grande parte da população”. In: LANDIM, 1993, p. 60.

⁵² DUARTE, Gleuso Damasceno e DIAS, José Martins. *Responsabilidade Social: a empresa hoje*, 1986.

⁵³ PFEIFFER, C. R., *Por que as empresas privadas investem em projetos sociais e urbanos no Rio de Janeiro?*, 2001. Obra originada da pesquisa para tese de doutoramento “As empresas privadas na resolução de problemas na cidade do Rio de Janeiro”, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, 1999.

3.5 Responsabilidade Social Empresarial: doutrina e negócios

Atualmente, na reconquistada democracia no Brasil, e dia após dia, no futuro, as empresas que planejam e executam programas comunitários bem sucedidos serão menos vulneráveis às críticas da imprensa, das classes trabalhadoras, de grupos religiosos, partidos políticos e do público em geral. As 45 empresas participantes deste ano são uma clara indicação de que boas relações comunitárias e bons negócios andam de mãos dadas.

(Prêmio ECO, 1987).⁵⁴

Segundo Duarte e Dias (1986), a “*doutrina da responsabilidade social da empresa*” surge como tema nas universidades e no mundo empresarial, europeus e norte-americanos, através do trabalho de Howard Bowen,⁵⁵ ao final da década de 50.

Os fundamentos desta doutrina consolidavam as conceituações do tema, à época, a partir de três premissas:

- O alcance da responsabilidade da empresa não se limita ao círculo dos acionistas;

⁵⁴ “*Introdução*”, Prêmio ECO, 1987. In: PFEIFFER, 2001, p. 43. (apud Goes de Paula e Rohden, 1996:65). O “*Prêmio ECO*” (Prêmio de Contribuição Empresarial, também chamado de “*Prêmio Empresa e Comunidade*”) foi instituído em 1982 pela Câmara Americana de Comércio de São Paulo, no intuito de motivar empresas privadas a investirem recursos financeiros em projetos sociais, diretamente nas comunidades. Uma iniciativa da Fundação Kellogg e da Fundação Ford, norte-americanas. Tais contribuições eram pontuais e denominadas, à época, de “*Filantropia Empresarial*”. Na década de 90, já predominavam investimentos para uma intervenção social mais duradoura, que passaram a ser identificados por “*Projetos de Investimento Social Privado*”, quando então, passa-se a utilizar ferramentas tipicamente empresariais como planilhas de custos, indicadores de acompanhamento, gestão profissional de recursos etc., já na perspectiva da realização de resultados para divulgação, à sociedade, em forma de “*Balancos Sociais*”. O acompanhamento da evolução dos projetos era feito em parceria com as ONGs, responsáveis por sua execução nas comunidades escolhidas. Muitas empresas organizaram institutos ou fundações para atuarem como seus ‘braços sociais’ nesta tarefa. Projetos artísticos e culturais tinham sempre grande visibilidade local e interesse de mídia. E, apesar de pouco comum, já ocorria funcionários atuarem em projetos, através de ‘Programas de Voluntariado Empresarial’. Esta proposta de intervenção das empresas era então conhecida como de “*Cidadania Empresarial*”. Apenas na segunda metade dos anos 90, começa a popularizar-se junto às grandes empresas privadas, principalmente as exportadoras, no Brasil, o uso da “*Responsabilidade Social Empresarial*”, como uma marca de modelo de gestão, incorporando um planejamento estratégico, de ações e projetos, para sua agenda social; e ainda, prestando contas (“*Social Accountability*”) à sociedade, através de ‘Relatórios de Sustentabilidade GRI’ (“*Global Reporting Initiative*”) - sofisticados ‘Balancos Sociais’ de padrão global que incorporam, em sua avaliação, indicadores diversificados, focados nos três eixos da moderna tomada de decisão empresarial: o social, o econômico e o ambiental. Segundo Pfeiffer (2001:40): “*Desde então [1982 a 1999] 1.044 empresas nacionais e multinacionais concorreram ao prêmio, investindo aproximadamente 1.648 bilhões de dólares em 1.294 projetos com estas características.*”

⁵⁵ BOWEN, H. R. *Responsabilidades Sociais do Homem de Negócios*, 1957. In: PFEIFFER, 2001.

- A natureza das responsabilidades da empresa é definida no âmbito das prescrições legais e também no das obrigações morais ditadas pela ética; e
- As empresas devem adequar suas responsabilidades às demandas sociais, num dado contexto socioeconômico.

A obra também referenciava-se a cinco modelos de comportamento empresarial que a literatura especializada batizara por “Modelos de Walton”. Tais modelos buscavam identificar modos de gestão empresarial a partir dos valores culturais e concepções institucionais presentes à época. O modelo que, aparentemente, apresentava um referencial direto ao tema da responsabilidade social denominava-se: ‘*modelo cívico*’. Nessa perspectiva:

*A empresa é concebida como pessoa jurídica com atributos de cidadania, isto é, como tendo direitos específicos e obrigações correspondentes. Assim, como todo bom cidadão, deve interessar-se por problemas comunitários e contribuir para sua solução.*⁵⁶

Os “Modelos de Walton” também incluíam, de forma resumida: o modelo ‘familiar’ (visão que privilegiava o funcionário nas relações de trabalho); o modelo ‘vendedor’ (os melhores bens e serviços a partir do demandado pelos clientes); o modelo ‘investidor’ (tendo em vista sua rentabilidade e manter-se no mercado, a empresa se interessava pelo entorno comunitário e suas demandas); e o modelo ‘artístico’ (a empresa portadora de elementos criativos, dinâmicos, preparados para transformar a realidade social).

Encontramos em cada um destes cinco padrões as sementes que, reunidas em um só modelo de gestão, alterariam, ao longo dos anos 90, o comportamento das grandes empresas, tradicionalmente voltadas tão somente à obtenção do lucro. Elementos constitutivos que direcionados à chamada “*Responsabilidade Social Empresarial*”,⁵⁷ apontariam para alguns elementos característicos desse

⁵⁶ PFEIFFER, 2001, p. 14.

⁵⁷ Para fins de abordagem do tema neste trabalho, consideramos o conceito de “*Responsabilidade Social Empresarial*” adotado pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (<<http://www.ethos.org.br>>), um dos organismos especializados de maior credibilidade, atualmente no Brasil, relativamente à matéria técnica referente: “*Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento*

posicionamento: o foco, quando das perspectivas decisórias corporativas, nas chamadas *‘partes interessadas nos negócios’*: colaboradores, funcionários ou terceirizados; clientes; consumidores; comunidades (do entorno ou não); sociedade etc. – atualmente denominados pela literatura especializada de *stakeholders* (algo como *‘parceiros estratégicos’*);⁵⁸ tanto quanto, a perspectiva de uma agenda social que contribuisse para transformar positivamente os *‘problemas comunitários’*.

Em um enfoque que amplia o cenário de advento do fenômeno social das intervenções do setor privado empresarial no espaço público das sociedades, Querubin (1996)⁵⁹ aponta para o fracasso do modelo de organização econômica e política socialista, assim como, para a incapacidade do capitalismo em resolver os problemas das grandes desigualdades econômico-sociais no mundo – ainda mais agravados pelo advento da Revolução Informacional. Neste sentido, se a Revolução Informacional induz ao desenvolvimento das nações, pode também tornar-se um poderoso acelerador das desigualdades entre ricos e pobres, através da sobreposição de mais um *status* diferenciador nos já acumulados pelas diferenças socioeconômicas e desvios de direitos, elementos consolidados nas esferas mais desfavorecidas das sociedades. Entretanto, a autora também afirma uma nova realidade, da formação de um consenso mundial de dar ao desenvolvimento econômico uma significação mais humana, que potencialize a *‘participação cidadã’* e a *‘solidariedade’* entre as várias esferas da sociedade, em âmbito global.⁶⁰

Nesta linha, SELLI (2001) pontua que o paradigma ético dominante em uma sociedade secularizada deve ser o da *‘responsabilidade’* e dentre os valores ligados a

sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.”

⁵⁸ O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social entende por *stakeholder*: “qualquer indivíduo ou grupo que possa afetar determinada organização, por meio de suas opiniões ou ações, ou ser afetado por ela, por meio das ações, dos produtos e das práticas da empresa.” (Consulta ao site em 31/03/2010). Compõem ainda o conjunto de *stakeholders*: acionistas; fornecedores; o Estado; governos; o meio ambiente; e até os concorrentes. Na verdade, um espaço aberto àqueles que possam compor seus interesses com os da empresa e vice-versa.

⁵⁹ QUERUBIN, Maria Eugenia. *El sector privado, la sociedad civil y el Estado*. TORO, Olga e REY, Germán. *Empresa privada y responsabilidad social*, 1996. In: PFEIFFER, 2001.

⁶⁰ “*Hacen falta nuevas relaciones entre el Estado y el mercado a fin de combinar la eficiencia del mercado com la solidaridad social.*” QUERUBIN, 1996, p. 103.

tal paradigma inaugura o conceito de “*solidariedade crítica*” como um valor no campo da bioética.⁶¹

Segundo Selli, ‘*solidariedade*’ tem a ver com uma ação social “*comprometida, interventiva, que visa a transformação social na busca de políticas públicas democráticas e equitativas*”, produzindo mudanças de caráter individual e, também, coletivamente. E complementa:

*Como valor que guia as pessoas no exercício da atividade voluntária, [a solidariedade] constitui um espaço singular para o exercício da cidadania nos marcos de uma democracia participativa.*⁶²

Neste sentido, o conceito de ‘*solidariedade*’⁶³ tem estado evidenciado nos projetos em comunidades, também através das empresas que desenvolvem ‘*Programas de Voluntariado Corporativo*’, em parceria com as ONGs, como valor inspirador de um código formal de conduta, que tem na ‘*ética*’⁶⁴ o eixo central da cultura institucional.

⁶¹ “O sujeito da solidariedade, pela prática solidária crítica, estabelece, com os destinatários da atividade voluntária, relações que lhes possibilitam descobrirem-se como sujeitos capazes de exercerem seus direitos políticos e civis, de liberdade e igualdade.” SELLI, L., *Bioética, Solidariedade Crítica e Voluntariado Orgânico*, p. 27. Universidade de Brasília, Tese de Doutorado, 2001.

⁶² SELLI, 2001, p. 28.

⁶³ “Javier Gafo traz uma colaboração singular no sentido de mostrar a origem do termo. Segundo ele, não existe um termo latino equiparável, porém a raiz ‘*solidus*’ tem um duplo significado, o da construção (algo construído de forma compacta) (...) e o jurídico (uma obrigação que se assume de forma mancomunada). O termo foi utilizado com frequência, ao longo do Século XIX, por Augusto Comte, como substituto da palavra caridade que designa um valor cristão. Durkheim o introduziu no campo da sociologia e a Doutrina Social da Igreja começa a utilizar o termo a partir do Concílio Vaticano II. Conf: Instituto Latinoamericano de Doctrina y Estudios Sociales Ilades (GAFO, J. *Los principios de justicia y solidaridad em bioética. Persona y Sociedad*, n. 11, p. 86-87, 1997).” Ibid., p. 31 - Nota 38

⁶⁴ “A ética como disciplina filosófica, foi fundada por Aristóteles. Na obra *Ética a Nicômaco*, o autor procura dar uma resposta ao problema já levantado por Sócrates e Platão, qual seja: de que maneira deve o homem viver a sua vida. O pano de fundo da ética aristotélica é a investigação em torno do fim último do homem, também denominado de bem supremo ou felicidade (Eudaimonia). Na ética aristotélica, a conduta moralmente orientada possui três momentos distintos e necessários, a saber: intenção, escolha e resultado. (...) ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução: Vinzenzo Cocco. São Paulo: Abril Cultural, 1979. Livro II e VIII, Coleção os Pensadores). Kant, cerca de dois mil e cem anos depois de Aristóteles, abandona a idéia do fim último do homem como elemento determinante da moral e introduz um novo conceito de dever - moral - dever pelo puro dever - torna-se um marco na história do pensamento ético. Para Kant, o dever não consiste mais na realização de ações que proporcionem o fim último do homem (Eudaimonia), mas na realização de ações pelo puro dever de realizá-las. Conf: RAUBER, J.J. *O Problema da Universalização em Ética*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. Coleção: Filosofia-104. Os dois paradigmas éticos: o teleológico de Aristóteles e o deontológico de Kant foram referência para a humanidade até o amanhecer deste novo milênio. No entanto Max Weber e, mais recentemente, Hans Jonas contrapõem-se a estes com uma ética da responsabilidade, isto é, relativa aos fins e às conseqüências.” Ibid., p. 20 nota 32.

Portanto, a entrada das empresas no circuito da *'solidariedade social'* inaugurava, nas décadas de 80-90, um novo paradigma: o de que a empresa deve envolver-se com as questões das sociedades e suas problemáticas, assim como, compartilhar com seus *'parceiros de negócios'* - ou seja, todas as esferas envolvidas em fases distintas do processo produtivo ou da prestação do serviço - interesses e necessidades em torno de três enfoques: *o social, o econômico e o ambiental*.

Nessa perspectiva, se tais intervenções se fizerem a partir de parcerias com o Estado e/ou as ONGs (representantes da sociedade civil) ampliam-se as possibilidades de uma real transformação das realidades sociais indesejadas e todos lucram: ampliam-se os negócios, fortalecem-se os laços do Estado com a sociedade e consolida-se o Terceiro Setor – que, por consenso, não deve existir isolado, mas como parte de representação da nação em um esforço coletivo de transformação social.⁶⁵

3.6 Conclusão

Na passagem à década de 90, transformavam-se os cenários políticos mundiais, especialmente os latino-americanos, levando as agências financiadoras internacionais a, gradativamente, priorizar outros beneficiários.⁶⁶ Inaugurava-se para as ONGs, nestas circunstâncias, um novo desafio para a busca de recursos econômicos,

⁶⁵ Esta linha de reflexão apresenta-se inalterada até os dias atuais. Luciana Phebo, coordenadora do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) do Rio de Janeiro, depõe: “*A iniciativa [programa “Plataforma dos Centros Urbanos”, de 2009, que visa a garantia dos direitos da infância e da adolescência nas comunidades populares] reconhece que sozinhas as comunidades tem uma capacidade de mudança limitada. É preciso que políticas públicas e investimentos privados priorizem esse público. Somente um entrosamento de todas essas forças cria o poder capaz de gerar transformações e permite pensarmos em mudanças consistentes. Cada um contribuindo através de sua área de competência.*” In: Artigo “*Por trás da amargura*”. Publicado no jornal “O Globo” em 01 de abril de 2010.

⁶⁶ “*...é fato que as agências financiadoras dos países desenvolvidos têm no Leste europeu um novo ‘mercado’ para a execução de seus ‘projetos de desenvolvimento’. O Brasil, a parte dos países latino-americanos, perde também o caráter de ‘prioridade’ que lhes era dado pelos [por estarem submetidos a] regimes ditatoriais. Tampouco são vistos como países prioritários do ponto de vista do combate à pobreza (suas imagens de países industrializados a modernos não podem concorrer, por exemplo, com as de países africanos), ou mesmo como estratégicos do ponto de vista do jogo político internacional. Por fim, as agências têm-se voltado para o ‘quarto mundo’ que se instala dentro de seus próprios países.*” LANDIM, 1993, p. 19 - Nota 12.

induzindo-as a considerar possibilidades de parcerias com instituições governamentais e empresas privadas.⁶⁷

Da parte do Estado brasileiro, sucessivas crises financeiras, ao longo dos anos 80-90, obrigaram-no a buscar em tais parcerias condições de prosseguimento com as políticas sociais e, desta forma, a identificar nas ONGs um possível sustentáculo.

O clima promissor, de conotações eucarísticas, característico dos anos 70, daria lugar, na passagem aos anos 90, a uma consciência de crise de paradigmas das organizações sociais. Neste sentido, levando-as a relativizar utopias e profissionalizar-se, assim como, a flexibilizar rígidas visões de um mundo até então partido em duas esferas, características à Guerra Fria. Enfim, integrar-se a uma nova era, a 'Era Informacional', com suas redes de trocas de dados e informações em plano global e tempo real.

A partir da ECO-92 consolidaram-se as organizações sociais no Brasil, designando e criando grupos, classificando agentes e entidades para além do universo das "AMPs", as organizações de "Assessoria aos Movimentos Populares" - categoria vinculada a um tempo social datado. Começavam então as ONGs a tomar forma estruturante, crescendo e se diversificando em variados subconjuntos. E tornavam-se visíveis à nação, exigindo-lhe seu espaço de participação e reconhecimento como parte de uma '*Sociedade Civil Organizada*'.

Foi neste momento que o Estado identificou nas ONGs, efetivamente, a possibilidade de fazê-las parceiras de seus projetos e políticas sociais. Muitas, então, aceitaram colaborar com o Estado, imediatamente; outras visualizaram perigos para sua identidade social e autonomia de percurso.

Faz-se nítido que essa passagem à aproximação Estado-ONGs não aconteceu de forma instantânea e natural. Dificultaram, possivelmente, questões menos eloquentes mas subjetivamente presentes no processo: as noções distanciadas, entre os dois setores que então se articulavam, sobre o entendimento do que seria, afinal, o '*exercício dos direitos de cidadania*'. Entendimento contaminado por anos de

⁶⁷ As parcerias que se articularam, desde então, fortemente, entre ONGs, empresas privadas e o Estado, amadureceram, na virada do século XXI, para incorporar, em alguns casos, também as populações das comunidades beneficiadas, das quais passou-se a cobrar um valor socialmente adequado pelos serviços prestados, na perspectiva do '*Desenvolvimento Sustentável*'. Estaremos abordando este novo aspecto das parcerias no próximo capítulo desta pesquisa, a partir do caso CDI.

privilégios e arbítrio de um lado e, de outro, pela rebeldia ideológica aos padrões totalitários, vigentes até então, que sempre secundarizaram aspectos civis e políticos na amplitude dos direitos.

Afinal um embate de práticas e conceitos entre *‘Estadania’* e *‘Cidadania’*? De qualquer forma, identificavam-se, claramente, sinais de grandes mudanças para as organizações sociais no Brasil, até porque, incorporavam-se rapidamente novos adeptos, com a entrada das empresas privadas no processo de articulação das parcerias público-privadas na área social.

A entrada das empresas neste cenário, como eventuais *‘parceiras estratégicas’* das ONGs através de *“Projetos de Investimento Social Privado”*, daria ensejo a um quadro inédito no Brasil: a proposição formal de conciliar os valores éticos e as utopias de transformação social das organizações não governamentais e não lucrativas, com planilhas e ferramentas de planejamento estratégico; recursos humanos especializados; e regulares investimentos financeiros, das grandes empresas, em projetos sociais variados e de mútuo interesse.⁶⁸

Em contrapartida, almejavam as corporações, em adição à lógica do lucro, apresentar-se com a marca da *“Responsabilidade Social Empresarial”* (RSE) perante à sociedade em geral - clientes e consumidores em particular -, em um mercado internacional cada vez mais globalizado, competitivo e informacional.

Referendando as atividades sociais das ONGs e seus parceiros, públicos ou privados, expressava-se um código de conduta em que se sobressaíam a *‘ética’* e a *‘solidariedade social’* como valores norteadores. Valores estes que encontramos entre

⁶⁸ Segundo Léo Voigt, então presidente do GIFE – Grupo de Institutos e Fundações Empresariais (2002): *“São tecnologias inovadoras desenvolvidas por empresas de excelência replicadas em projetos sociais. É a ampliação do diálogo com a comunidade, de aprendizado com os métodos e processos próprios do Terceiro Setor, é a empresa se reposicionando no mercado e na sociedade e ganhando o respeito dos consumidores conscientes.”* Em 2000, o GIFE aplicou uma pesquisa junto aos seus, à época, 48 associados (em 2010 são 124). Concluiu que 95,8% desenvolveram um planejamento para projetos e ações sociais; 87,5% realizaram algum tipo de monitoramento dos projetos; e 91,7% submeteram esses projetos a avaliações de resultados. E que foi gerido um montante de R\$ 1,65 bilhão investidos, pela rede, entre 1997 e 2000. (Na quarta edição do Censo GIFE 2007-2008, apurou-se o valor de R\$ 1,15 bilhão em investimentos, aplicados em 2007). Disponível: < <http://www.gife.org.br> > Acessos em 02/06/2002 e 31/03/2010. Segundo PELIANO, Anna Maria em *“Cultivando os Frutos Sociais: a importância da avaliação nas ações da empresa”* (Ipea, 2010): *“A participação das empresas no campo social assume cada vez mais um caráter público. Aliás as empresas querem influenciar políticas de governo, querem que suas iniciativas sejam utilizadas como referências (...)”*. Disponível: < <http://www.ipea.gov.br> > Em abril de 2010, acesso à íntegra desta publicação. Ainda segundo a autora, o investimento do setor privado no social poderá chegar a R\$ 8,5 bilhões em 2010.

nós através de um trabalho espontâneo, silencioso e anônimo de brasileiros voltados a dirimir dores e desfavorecimentos dos que se apresentam em situação de risco de vida ou social – uma prática de muitos anos no Brasil. Práticas e valores dos *‘agentes cristãos do trabalho de base comunitária’* do MEB; assim como, dos *‘educadores sociais’* das CEBs; dos *‘agentes sociais’* das “ONGs-SMP” e dos “Movimentos Sociais”. Mais tarde, também dos implementadores dos “*Projetos de Investimento Social Privado*”, sejam colaboradores de institutos e fundações empresariais; sejam os vinculados às organizações não governamentais, seus parceiros. Todos os *não remunerados*, mas continuamente ativos em suas causas: todos *voluntários*.

Tocqueville⁶⁹ identificou as associações entre indivíduos como uma forma para a aquisição coletiva de benefícios: *"as pessoas se associam com objetivos de segurança pública, comércio e indústria, moral e religião. Não existe nada que a vontade humana desista de atingir pela ação livre do poder coletivo dos indivíduos"*.

Em nossa história, os voluntários, quase sempre inspirados por questões de caráter religioso, tem sido a força motriz das atividades promovidas por instituições sociais. Mais recentemente, entretanto, após a redemocratização do país, o conceito de *‘cidadania’* tem mobilizado o trabalho voluntário no sentido de um comprometimento pessoal com a transformação da realidade indesejada de forma sustentável. Uma proposta de ordem política, articulada através de ações coletivas, em setores diversificados, via organizações não governamentais. Neste sentido, a expansão do Terceiro Setor com a crescente profissionalização das ONGs, incorporando colaboradores remunerados, não tem, em tese, diminuído o interesse pelo trabalho voluntário, mas lhes exigido o desenvolvimento de modelos de gestão especificamente adequados - ainda um processo em aperfeiçoamento no Brasil.

A emergência da *‘Era Informacional’* complexificou, na década de 90, o cenário de atuação das ONGs no Brasil - até então, em sua ampla maioria, alheias às suas exigências e às transformações incorporadas ao mundo brasileiro das desigualdades – ao estender um novo sentido à exclusão social, demandando novas interferências que considerassem a existência das grandes levas dos *‘excluídos digitais’*.

⁶⁹ TOCQUEVILLE, C. G. Q. *Sobre a Liberdade e a Igualdade*. In: WEFFORT, F. (Org.). *Os Clássicos da Política: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Mill, Marx.*, 1998. v.II, p.169.

A ONG CDI - Comitê para a Democratização da Informática, que pesquisamos, exemplifica a mudança deste cenário no Brasil. Em 1995, surge o CDI propondo incorporar-se aos esforços empreendidos de transformação do social, e mais ainda, alterar essa paisagem de alheamento à problemática da exclusão digital. Para isso, como veremos, desenvolve parcerias com empresas e organizações civis, compartilhando projetos de “Responsabilidade Social”.

No próximo capítulo nos propomos a explorar as especificidades conceituais e metodológicas desta proposta, contrastando-a com os conteúdos de campo observados ao longo de quatro meses de entrevistas na matriz da organização e em visitas a quatro instituições sociais, parceiras do CDI na proposição da inclusão social através da *‘Inclusão Digital’* e da *‘Cidadania’*.